

O IMPACTO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA E A SUA POLITICA DE DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA FINANCEIRA DAS ESCOLAS PÚBLICAS?

Samara de Oliveira Silva*

*Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia - UFPI. Professora da Rede Estadual de educação do estado do Piauí.

Introdução

A Reforma do Estado que vem sendo implementada no Brasil tem vários objetivos. Um deles é a descentralização estatal que, desde o início da década de 90, indica alterações no conteúdo e na gestão das políticas educacionais e, por conseguinte, nos discursos que as justificam. Neste sentido, o debate em torno da gestão da educação e da escola se consolida, cada vez mais, nos seus conteúdos gerenciais, destacando mais os aspectos operacionais do que nas questões relativas à instrução dos processos democráticos no interior da escola.

O Programa Dinheiro Direto na Escola, elaborado neste processo de alteração das ações estatais, enfatiza a reestruturação institucional das unidades escolares e dos órgãos públicos. É importante destacar que a concepção de gestão da educação, na perspectiva da Reforma do Estado, parte de um diagnóstico que admite a “responsabilização” das escolas pelo fracasso do sistema educacional público, definindo como um problema meramente gerencial, decorrente da ineficácia e incapacidade estrutural da administração pública, de garantir uma gestão de qualidade.

Um exemplo de sistematização da questão sobre as tendências da educação pública e os mecanismos de alteração do seu modelo de gestão, em todos os seus níveis, adotados a partir dos anos 1990 pelo governo federal e alguns governos estaduais, é fornecido por ADRIÃO e PERONI:

Essas alterações não ocorrem apenas na política educacional. Visto que são observadas nas políticas sociais de uma maneira geral e resultam das estratégias adotadas pelos setores hegemônicos como resposta à crise do capitalismo. Com intuito de aprender a “*performace*” da política educacional no interior desse movimento, destaca-se neste trabalho o processo de configuração do terceiro setor na gestão da escola pública brasileira, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola -PDDE. (ADRIÃO,2005.p137-138).

As autoras vêm no processo de configuração do Terceiro Setor da gestão da escola por meio do PDDE revela uma tendência à privatização dos sistemas públicos de ensino, destacando a importância da compreensão dos processos e de sua significação enquanto estratégia de que conseqüentemente tem levado a incorporação da lógica privada à gestão pública do ensino.

A presente pesquisa adota uma perspectiva teórica que toma como referência a redefinição papel do Estado no provimento da educação pública, procurando compreender o contexto sócio-político em que se insere a política educacional brasileira na atualidade. Tem como parâmetros às vinculações entre a reforma administrativa do Estado e as novas formas de gestão da educação, para investigar, os processo de consolidação descentralização e autonomia financeira da escola pública.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi instituído, em 1995, à época sob a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), quando o Governo Federal se propôs a transferir, uma vez por ano, recursos às escolas públicas de ensino fundamental de todo o país. De 1995 a 2004, em média, 130 mil escolas distribuídas em todos os entes federados foram beneficiadas com recursos do programa, os quais totalizaram cerca de R\$ 2,3 bilhões no período (em média 293 milhões por ano), beneficiando em torno de 30 milhões de alunos, conforme o FNDE, Folder do PDDE, 2004. O presente Programa Estudado tem visando à construção de uma gestão democrática, dentro do princípio de estabelecer a autonomia

financeira, administrativa e pedagógica da escola, segundo a prescrição contida no Plano Decenal (BRASIL, 1993).

A investigação foi orientada pelas seguintes questões de pesquisa: De que forma o PDDE contribui para a autonomia financeira e a gestão democrática das escolas públicas? Como pode ser caracterizado o modelo de gestão induzido pelo PDDE nas escolas públicas pode ser considerado como democrática? De que forma a política de execução dos recursos so PDDE interfere na autonomia e gestão da escola?

O interesse específico de estudar o PDDE foi motivado pela possibilidade de investigar os novos padrões de gestão educacional que começaram a ser postos em prática pela política educacional brasileira, principalmente a partir do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve início no ano de 1995, na perspectiva de a pesquisa possa colaborar com elementos concretos de avaliação do processo de descentralização dos recursos da educação para as Unidades Escolares, revelando os elementos favoráveis ou não à democratização da escola pública e à gestão eficiente dos recursos da educação, no sentido de explicitar os aspectos positivos e as limitações da política implementada. Um elemento central se refere à utilização das Unidades Executoras (Conselhos Escolares ou organizações Congêneres) buscando compreender quais são as implicações e se há correlação desta política no processo de privatização e desresponsabilização do estado com a Educação.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e as suas implicações para a organização e o funcionamento da escola, no que se refere ao processo de consolidação da autonomia financeira e gestão democrática da escola pública.

Especificamente, pretendeu-se: compreender a natureza do programa do governo federal Dinheiro Direto na Escola (PDDE); analisar as conseqüências da

implantação/implementação do programa para a organização e a gestão da escola; identificar a configuração de Unidade Executora, autonomia financeira na gestão democrática a escola pública.

A presente pesquisa se constitui em uma investigação de caráter qualitativo, executada por meio da realização de um Estudo de Caso sobre o processo de implementação do PDDE em uma escola pública da rede estadual de ensino. Sobretudo tomando como base a pretensão de investigar um fenômeno educativo, neste sentido, FAZENDA afirma que:

Na análise qualitativa a descrição não se fundamenta em idealizações, imaginações, desejos e nem é um trabalho que se realiza na subestrutura que os objetos descritos. (2001.p.58).

Contudo optou-se por esta metodologia de pesquisa com uma forma de pesquisas/investigar em educação para assim contribuir com a prática educativa

Foram realizadas visitas de observação às reuniões do Conselho Escolar e Assembléias de prestação de contas; entrevistas semi-estruturadas com os membros do conselho escolar que atuam no conselho com o total de 5 entrevistados, sendo a ex-diretora, diretora, representante dos pais, funcionários professor. Estes foram escolhidos pelo critério de participação como membro do Conselho Escolar e serem os únicos que estavam atuando, do total de 12 membros que compõem o Conselho. A entrevista semi-estruturada é definida por questionário por meio de gravação em fita, de maneira que foi possível ao entrevistador abarcar um conjunto de informações de maneira menos diretiva. Na escola ainda foram analisadas atas de reuniões do Conselho e outros documentos relacionados à gestão da unidade escolar e ao PDDE.

A Reforma do Estado e seus reflexos na educação brasileira

No contexto de reforma do aparelho do Estado o debate em torno da reforma e educação tem sido resignificado com muita força. Para o qual se podem destacar três aspectos principais que tem provocado uma forte influência nas políticas educacionais atuais. Segundo CASSASSUS:

O primeiro é o que se ocupa da reforma do estado, basicamente denominado pela temática da modernização educativa; o outro se concentra na forma de que deve adotar o Estado, controvérsia referida principalmente aos processos de descentralização; e em terceiro lugar a polêmica acerca dos papéis que aquele deve assumir, especialmente em relação ao tipo de quantidade de funções das quais se deve ocupar (1995, p.52-53).

A reforma administrativa define-se, em sua lógica interna, como uma Reforma Gerencial, ou seja, orienta-se para a flexibilização dos processos e regulamentos burocráticos, na perspectiva de buscar os graus mais elevados de autonomia.

Sob esta perspectiva tais aspectos passam a influenciar nas mudanças da forma do Estado e demarcam "sua crise" exposta no Plano Diretor -PDRAE em 1995 na tentativa de refutar a via neoliberal da noção de Estado mínimo, apresentando-a como um caminho para superação da crise do Estado propagada nos discursos governamentais.

A atuação do Estado brasileiro exposta no Plano Diretor Reforma do estado Brasileiro, representa, portanto, um projeto de reforma do aparelho do Estado com objetivo de fazer que administração pública seja mais "eficiente" (BRASIL,1995).

Pode-se inferir, que o processo de reforma do Estado que vem sendo desenvolvido no Brasil volta-se para as características do modelo neoliberal. Devido à prioridade que este modelo imprime à questão econômica, as principais críticas que lhe

são feitas referem-se às suas conseqüências no campo social. Mais especificamente, as críticas voltam-se aos seus efeitos negativos sobre o Estado de Bem-Estar Social¹.

O Plano Diretor previa que mudança efetiva do modelo de administração envolveria a racionalização, privatização e publicização² segundo CASSASSUS:

(...) Se traduz concretamente em processos tais como a racionalização, privatização, descentralização, informatização, publicização e outros que se justificam e se orientam principalmente em termos da redução da esfera de influência que até agora tem sido atribuída ao Estado.(CASSASSUS, 1995.p. 53).

Neste sentido, refletir sobre o papel do Estado hoje, é considerar o contexto no qual se geram os processos de natureza democráticas e sociais. Neste processo a educação ocupa um lugar central nos âmbitos teórico e de ação concreta, também como espaço dessas estratégias de mudanças.

PERONI (2003) indica que a descentralização é restrita ao aparelho do estado e pode-se dar de uma esfera de governo para outra (da União para Estado ou de um Estado para municípios), ou no interior de uma esfera de governo. Contudo, segundo a autora, as ações mais implementadas se referem a:

1. A privatização no sentido estreito, Isto é, a transferência de empresas estatais a propriedade privada;
2. A transferência de exploração da administração pública para a administração privada de um serviço público;
3. A terceirização dos serviços de apoio a administração pública;
4. A participação da população na gestão pública e controle social, pelo cidadão, das autoridades, instituições e organizações governamentais;
5. A descentralização ampla que é a combinação das formas descritas. (PERONI, 2003, p.68).

¹ Ressalta-se porém, que se já havia críticas diversas quanto às conseqüências de exclusão social (ver Saviani (1992) e Sader (1998)), a discussão tem se tornado mais enfática neste aspecto do neoliberalismo, principalmente a partir das declarações feitas por Joseph Stiglitz, vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial, em janeiro 1998, que levantou críticas às políticas do Consenso de Washington, procurando demonstrar que elas não conseguiram dar respostas a uma série de questões vitais para o desenvolvimento dos países em que tais diretrizes foram implantadas.

² Publicização - significa a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a forma de fundações ou de sociedade civil sem fins lucrativos, como organizações habilitadas a prestar serviços de utilidade pública, recebendo para isso recursos públicos e submetendo-se a processos de controle públicos, preestabelecidos em contratos de gestão.

Nesse processo, verifica-se que as formas de descentralização no Brasil após 1995 têm por base as orientações do PDRAE e que as circunstâncias sociais, econômicas e culturais influenciam seu processo de implementação/implantação.

Ao se intensificar o processo de descentralização identifica-se uma tensão constante entre descentralização/desconcentração, portanto para alguns autores, como SANDER compreendem que:

De outra perspectiva, o significado da lógica da descentralização refletem um processo de socialização e de participação, no qual se enfatizam os aspectos de qualidade de vida, ligada à identidade grupal, e onde se privilegia a relevância cultural como critério dominante para a formulação de política de administração educativa. (SANDER, 1998. In: CASSASSUS.p. 74).

Neste sentido o processo de descentralização que passa ser adotado vai pouco a pouco se inserindo nas políticas educacionais. Este processo traz em seu bojo os pressupostos de que as políticas de cunho descentralizador concebem a descentralização como desconcentradora das obrigações sociais do Estado.

O impacto do PDDE na gestão da escola

Na “Escola Pesquisada”, foram entrevistados cinco sujeitos que, entre 1995 e 2004, participaram do Conselho Escolar representando diferentes categorias da comunidade educativa: pais; professores; funcionários e direção, além de uma ex-diretora, os quais têm uma relação com essa Escola há, pelo menos, 8 anos. Contudo, a maioria tem mais de 10 anos vinculada a este estabelecimento de ensino. Cabe ressaltar que o Conselho escolar não conta com representante do segmento estudantil, apesar da escolar ter o seu Grêmio Escolar informado como ainda ativo. Ou seja, o estudante não tem um representante no Conselho Escolar e pelas informações adquiridas o atual

Grêmio não acompanha, participa ou fiscalizar os recursos recebidos pela Unidade Executora.

A “Escola Pesquisada”, inaugurada em 1976, é uma escola pública, com área de 710,91 m² localizada na zona urbana de Teresina-PI, mais precisamente em bairro situado na zona leste da capital do Estado, sendo de elevada densidade populacional e com índices de violência conhecidos publicamente. Essa escola funciona em três turnos e se destina ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Em 2005, a Escola Estadual A contou com 2.121 alunos matriculados. Deste total, 1086 (51,2 %) são de Ensino Fundamental e 1035 (48,8 %) de Ensino Médio. Neste mesmo ano, ali lecionavam 98 professores, sendo 73,5 % efetivos e 26,5 % temporários. O **Quadro 1** expõe o processo de transferência dos recursos do PDDE para a “Unidade Escolar Pesquisada”:

Quadro 1- Número de matrículas e recursos do PDDE recebidos pela Escola Pesquisada

Ano	Número de Matrículas			Recursos recebidos pelo PDDE		
	<i>Fundamental</i>	Médio	Total	custeio	capital	total
1999	1.135	-	-	8.600,00	1.700,00	10.300,00
2000	1.782	123	1.905	12.000,00	2.400,00	14.400,00
2001	1.116	504	1.620	8.600,00	1.700,00	10.300,00
2002	1.188	961	2.149	8.600,00	1.700,00	10.300,00
2003	1.171	1.184	2.355	8.600,00	1.700,00	10.300,00
2004	1.086	1.035	2.121	8.510,40	2.127,60	10.638,00

Fonte: SEDUC – Dados coletados nos Anos de 2004/2005

É necessário atentar para o fato de que, embora a Escola seja de Ensino Fundamental e Médio, o repasse dos recursos do PDDE tomam como referência apenas o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, isto é, as matrículas contabilizadas são as deste nível de ensino. Por isto, é possível compreender porque no ano de 2000, ela recebe mais recursos do PDDE do que em anos posteriores quando o total de alunos é superior ao do referido ano, porque desde a sua implantação, conforme

a tabela é no ano de 2000 que a Escola A ultrapassa a faixa de 1.001-1.500 (precisamente 1.782) alunos de Ensino Fundamental, o que modifica o montante recebido pela Escola, em consonância com a Resolução N° 03/97, do FNDE.

É possível depreender, também, a partir do quadro acima que se, por um lado, houve uma redução do número de alunos do Ensino Fundamental, no que concerne ao Ensino Médio, o número de alunos que se beneficiam indireta ou extensivamente do Programa teve um aumento considerável, passando de 123, em 2000, para 1.035 (841 %) em 2004, tendo alcançado no ano de 2003, 1.184 (962 %).

Como se pode observar não houve aumento dos recursos repassados pelo PDDE por não ter ocorrido aumento no número de matrículas do Ensino Fundamental. Contudo, no âmbito da gestão do Programa, não obstante o fato de os recursos serem destinados à Escola, a gestão desses recursos é de responsabilidade da Unidade Executora, neste caso o Conselho Escolar, também responsável pela gestão dos demais recursos descentralizados.

Os entrevistados afirmam que o Programa Dinheiro Direto na Escola modificou a gestão da escola, em diferentes aspectos: quanto a disponibilização de material escolar “aquí não falta material na escola”, aos recursos para o trabalho, à qualidade do ensino e à manutenção do aluno na escola. Afirmam que a prestação de contas, antes de ser encaminhada para a Secretaria de Educação, é apreciada pelo Conselho Escolar. Deste modo, todos avaliam a gestão do PDDE pelo conselho de modo positivo.

Apesar de sua avaliação positiva, quando se referem à organização do Programa, os membros do Conselho reclamam da insuficiência dos recursos e da burocracia na gestão do PDDE, basicamente em dois momentos: na tomada de preços e na prestação de contas. No primeiro caso, criticam a necessidade de três planilhas de preços para valores monetários muito baixos, seja para compra de material ou de prestação de serviços. Critica-se, em menor grau, a distinção entre recursos de custeio e capital. No

segundo caso, revelam sua dificuldade de compreender as operações matemáticas e contábeis, além da quantidade de notas e recibos que devem ser apresentados neste processo.

Os recursos do PDDE administrados pelo Conselho Escolar têm-se mantido, praticamente o mesmo, com pequenas variações. No entanto, em 2004, devido ao PDDE emergencial, houve considerável aumento no montante de recursos recebidos pela Escola, com demonstra a **Tabela 1** abaixo:

Tabela 1 – Recursos Descentralizados Administrados pela Unidade Executora da Escola Pesquisada

Ano	PDDE	Merenda PNAE	Fundo Manutenção PACTUE	PDE	Outros: Projetos Alvorada	PDDE Emergencial -2004	Total de Recursos administrados pela Escola (1999-2004)
1999	10.300,00	30.990,00	-----	-----	-----	-----	41.290,00
2000	14.400,00	26.810,00	700,00	-----	-----	-----	41.910,00
2001	10.300,00	35.000,00	-----	-----	1.600,01		46.900,01
2002	10.300,00	29.163,00	-----	6.000,00	13.250,00		58.713,00
2003	10.300,00	34.675,00	600,00	-----	5.093,30		50.068,30
2004	10.638,00	37.830,00	6.138,17	-----	-----	62.000,00	116.606,17
Total	66.238,00	194.468,00	7.438,17	6.000,00	19.943,31	62.000,00	364.487,48

Fonte: SEDUC e Escola Pesquisada – Ano 2004

Conforme o Quadro acima, é possível identificar a importância que os recursos provenientes do PDDE têm para a Escola estudada. Quanto ao ano de 2004, vale ressaltar que o PDDE repassou para a Escola recursos sob duas modalidades: 1)- o repasse anual, que regularmente acontece (em 2004 foi de R\$ 10.638,00), segundo o Quadro acima desde 1999; e 2)- o repasse para compensar possíveis danos causados às escolas que abrigaram populações carentes em situações de emergência provocadas por fenômenos naturais, como chuvas, enchentes etc. Em 2004, a Unidade recebeu, conforme Quadro acima, a quantia de R\$ 62,000,00 (sessenta e dois mil reais), o que lhe

permitiu a reconstrução da Quadra de Esporte da referida escola. Em síntese, do mesmo Programa, a Escola recebeu o montante de R\$ 72.638,00 (setenta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais), o que representou 62,29 % do total dos recursos recebidos. Pode-se, então, constatar que com o PDDE emergencial o impacto dos recursos repassados pelo Programa altera consideravelmente a importância que ele passa a ter para a Escola.

Considerações Finais

Nesta monografia foi investigado como governo brasileiro vem fazendo para executar o Programa do PDDE. Mostramos também que, as raízes do Programa se encontram nas orientações advindas das agências externas de financiamento e, logo, que a sua formulação e implementação inserem-se nos novos padrões da ação da Reforma do Estado. Esses padrões, como salientamos, vêm sendo construídos de acordo com a lógica que as mudanças das economias capitalistas estão adotando, fazendo com que se estabeleçam novas relações entre o Estado e a sociedade, com repercussões profundas para as políticas sociais e, entre elas, para as políticas de educação.

Constatamos que o Programa traz benefícios para a escola, sendo, em certa medida, positivas as repercussões encontradas. Mas, esses benefícios são limitados, tanto em termos da quantidade de recursos transferidos, que pouco contribui no atendimento das carências e necessidades, quanto naquilo que tem sido proclamado pelo discurso governamental “*promoção da autonomia administrativa, pedagógica e financeira das unidades escolares*”.

A mudança efetiva no padrão de gestão dos sistemas educacionais, e conseqüentemente das relações de poder, demanda, necessariamente, o aumento dos recursos para que a escola tenha a possibilidade de alcançar o padrão mínimo de qualidade, previsto na legislação que regulamenta oferta da educação no Brasil.

Os pontos mais pertinentes que aparecem nos resultados da pesquisa nacional e que podem ser também identificados neste estudo de caso e que remetem à problemática da gestão democrática da escola pública estão relacionados à: 1) direção da escola, tanto em relação à concentração nas decisões como pela ausência no cotidiano das questões pedagógicas, em decorrência do tempo destinado às questões financeiras; 2) Dificuldade no funcionamento dos Conselhos, dado o pouco envolvimento dos conselheiros nas ações da escola; 3) Democratização das informações, restritas a eventuais reuniões dos Conselhos Escolares.

No que se referem à gestão do PDDE, os pontos mais pertinentes são: à operacionalização do Programa, indo desde o levantamento de preços para adquirir material para a escola como aquisição do material e a prestação de contas; a quantidade de recursos, devido ao montante pouco representativo face à exigência de uma educação de qualidade; o período de repasse dos recursos, uma vez que chegam às escolas no segundo semestre, embora com base no censo escolar do ano anterior.

Desse modo, podemos concluir que, a descentralização, tal como entendida pela reforma administrativa e que está guiando a ação do Estado na instância federal, é, na verdade, tem se configurado mais como um processo de “*desconcentração*” que de certo modo não representa uma real partilha, ou redistribuição de poder, e sim, uma descentralização “centralizadora”.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, Theresa. **Autonomia monitorada como eixo de mudança: padrões de gestão do ensino público paulista (1995-1998)**. Tese de Doutorado. FEUSP, São Paulo, 2001.

_____; PERONI Vera M. Vidal. (org.) **O Público e o Privado na Educação: interfaces entre o Estado e Sociedade**. Xamã, São Paulo. 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília, 1988**.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado - PDRAE. **Brasília, 1995.**

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Conselho Deliberativo. Resolução. 03, de 04 de março de 1997.* Brasília: FNDE, 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Conselho Deliberativo. Resolução 10, de 22 de março de 2004.* Brasília: FNDE, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Conselho Deliberativo. Resolução 06, de 22 de março de 2004.* Brasília: FNDE, 2004b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dinheiro na Escola - procedimentos operacionais.** Brasília, 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de orientação para constituição de Unidades Executoras.** Brasília, 1997c.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Lua Nova, n.45, p. 49-95, 1998.

_____. A Reforma Administrativa na Imprensa: seleção de artigos produzidos no MARE. **Cadernos do MARE**, c. 07. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997 (Discurso de Posse).

CASASSUS, J. MAN. **Tarefas da educação.** Campinas: Autores Associados, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMO, P. **Participação é conquista.** Noções de política social participativa. Fortaleza: UFC, 1988.

FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional - 9º Ed.** São Paulo. CORTEZ, 2003.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado, porém Público: O Terceiro Setor na América.**

FONSECA, Marília. "O Banco Mundial e a gestão da educação". In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GENTILI, Pablo. **A Falsificação do Consenso** – simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GONÇALVES, Francisco Williams de Assis Soares; LUZ, Liliene Xavier; CRUZ, Rosana Evangelista da. “O significado do processo de implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola no Piauí”, pôster apresentado no **5º Congresso Nacional de Educação**, realizado no período de 02 a 05/05/2004, em Recife-PE.

_____ ; LUZ, Liliene Xavier; CRUZ, Rosana Evangelista da. “O significado do processo de implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola no Piauí”, pôster apresentado no **Fórum Mundial de Educação**, realizado no período de 28 a 31/07/2004, em Porto Alegre-RS;

_____ ; LUZ, Liliene Xavier; CRUZ, Rosana Evangelista da. “Reflexões acerca do processo de implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola no Piauí”, apresentada no **XXI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação/III Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação: “Espaço Público e Gestão da Educação: desafios de um novo tempo”**, de 23 a 27/11/2003 em Recife-PE.

IANNI, O. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

9012d097440eed

LUZ, Liliene Xavier; GONÇALVES, Francisco Williams de Assis Soares; CRUZ, Rosana Evangelista da. “O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no contexto da realidade educacional do município de Teresina-PI”. Apresentada no **XXII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, realizado de 16 a 18/11/2005 no Rio de Janeiro-RJ.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Mudanças no Financiamento da Educação no Brasil**. Campinas : Autores Associados, 1997.

_____, José Carlos de Araújo. **Mudanças no Financiamento da Educação no Brasil**. Campinas : Autores Associados, 1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. "As reformas em curso nos sistemas públicos de perspectivas da descentralização de políticas públicas". In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____, Dalila Andrade. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. Os desafios da gestão educacional. in. XAVIER, A C. R. et alli (org). **Gestão escolar: desafios e tendências**. Série IPEA, Rio de Janeiro, n.145, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1998.

PERONI, Vera Maria Vidal. "O Estado brasileiro e a política educacional dos anos 90". **Anuário GT Estado e Política Educacional**: políticas, gestão e financiamento da educação. Caxambu, MG: Anped, 2000.

_____. A redefinição do papel do estado e a política educacional no Brasil dos anos 90. In. **Anais: Sistemas e Instituições: Repensando a teoria na prática. 18º Simpósio Brasileiro de política e administração da educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

_____. **A redefinição do papel do estado e a política educacional no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 1999.

SANTOS, Inalda Maria. A política de descentralização do financiamento do ensino fundamental e sua repercussão nas unidades escolares: **um estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola**. UFPE: Recife, 2001.(Tese de Doutorado).

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho Científico. São Paulo. **CORTEZ, 2002**.